



Razão e cultura no capitalismo cognitivo: repercussões no trabalho e na formação humana

Reason and culture in cognitive capitalism: repercussions on work and human education in schools

Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)/
Centro Universitário de Inhumas
Goiânia - Brasil

Resumo

Apresenta-se uma reflexão acerca da racionalidade presente no atual momento do capitalismo, denominado capitalismo cognitivo, que normatiza a vida, a cultura, o trabalho, a educação e a constituição subjetiva humana. O problema norteador é a visão da educação escolar como um meio privilegiado para ampliar culturalmente e subjetivamente a base do capitalismo, o que requer uma compreensão mais clara, aprofundada e crítica. Com abordagem exploratória e procedimento teórico-bibliográfico, o objetivo foi abordar características dos paradigmas industrial e pós-industrial, discutindo neste último a presença de uma racionalidade e uma cultura que se impõem ao trabalho e à forma de existência humana, repercutindo na educação escolar como meio privilegiado para promover a adaptação humana ao padrão cognitivo necessário, culturalmente e subjetivamente.

Palavras-chave: Capitalismo cognitivo; Racionalidade; Formação humana.

Abstract

This paper presents a reflection on the rationality present in the current moment of capitalism, called cognitive capitalism, which normalizes life, culture, work, education, and the human subjective constitution. The guiding problem is the view of school education as a privileged means to culturally and subjectively expand the base of capitalism, which requires a clearer, deeper, and more critical understanding. With an exploratory approach and theoretical-bibliographical procedure, the objective was to address characteristics of the industrial and post-industrial paradigms, discussing in the latter the presence of a rationality and a culture that impose themselves on work and the form of human existence, impacting school education as a privileged means to promote human adaptation to the necessary cognitive pattern, culturally and subjectively.

Keywords: Cognitive capitalism; Rationality; Human formation.

Paradigma Industrial tecnológico, capitalismo de bens materiais.

As modificações no modo de produção da sociedade estão historicamente associadas a fatores sociais e culturais diversos, situadas dentro de relações de poder, principalmente poder político e poder econômico. Estas modificações afetam os modos de produção no atual momento histórico do capitalismo, que passa a modificar o modo de ser e de existir do ser humano. Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, “o modo como os homens se organizam para produzir a sua vida social numa determinada época, numa determinada sociedade” diz respeito ao modo de produção, de organização, de pensamento, de educação, de consumo e distribuição da produção, tanto quanto às relações e à vida social decorrentes desse modo de produção (Orso, 2021, p. 2).

A partir da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, a mudança no modo de produção foi a base para que a sociedade agrária fosse convertida em sociedade industrial, deslocando-se a produção rural para a produção industrial, nascendo a sociedade industrial e definindo-se como princípio o trabalho humano colocado à disposição do capital (De Masi, 1999). Na sociedade industrial o foco é, primordialmente, a produção e circulação de bens materiais. A racionalidade presente na Revolução Industrial é marcada pela concentração do capital e a centralidade na técnica, compondo um sistema fisicamente e moralmente inflexível, sistema este que passou a ser dominante na sociedade ocidental (Santos, 2000). Essa racionalidade promoveu a adaptação da massa de trabalhadores ao processo produtivo fabril orientado para o desempenho e cumprimento de tarefas dentro de uma rotina rígida (Bauman, 2003). Nessa racionalidade, a produção de bens materiais é o que impulsiona o progresso material como condição do progresso econômico.

Bertrand e Valois (1994) mostram que na sociedade industrial ocidental surge o paradigma industrial, fundado na ideia de que progresso corresponde a progresso material. Esse paradigma sustenta um conjunto de valores associados à concepção mecanomórfica de relações humanas, à ideia de liberdade pessoal como liberdade de consumo e de acumulação de bens, o domínio e exploração da natureza como fonte inesgotável, a valorização de atitudes conformadas a estes valores.

As bases filosóficas, intelectuais e políticas do pensamento moderno originadas no iluminismo, contribuíram as mudanças sociais e científicas orientadas pela centralidade na razão, na ciência, na liberdade e na igualdade. A visão mítico-religiosa dos fenômenos sociais e naturais foi combatida para que prevalecesse o conhecimento racional orientado pela

perspectiva científica positivista. A validade do conhecimento passou ser decorrente do método empírico empregado dentro de uma hierarquização valorativa das áreas do saber, em que umas são consideradas de menor valor. A ciência moderna e sua racionalidade tornaram-se a referência da organização da sociedade. Foram depositadas grande esperança expectativa de solução dos graves problemas da humanidade, apostando-se que o progresso tecnológico contribuiria para superar as mazelas sociais.

Porém, o que se sucedeu historicamente foi que o modo de produção na sociedade industrial instrumentalizou a ciência moderna a seu favor, definindo como sua finalidade produzir conhecimentos úteis ao processo capitalista. O processo produtivo industrial tornou-se o vetor das exigências tecnológicas e científicas e, por sua vez, a tecnologia e a ciência se tornaram também condição fundamental para a acumulação capitalista por meio da otimização do consumo de bens materiais. Progresso, produção e consumo passaram a se constituir como referência de relações humanas produzindo o individualismo, o racionalismo, o ser humano do tipo mecanomórfico (Bertrand; Valois, 1994).

A gênese da economia informacional encontra-se na interação entre tecnologia, economia e sociedade. A mudança significativa nas relações entre informação e tecnologia consiste no fato de que em paradigmas anteriores a informação agia sobre as tecnologias e no paradigma industrial as tecnologias é que agem sobre a informação (Castells, 2003). A economia informacional necessita de atributos culturais para implementar e disseminar o paradigma tecnológico e constituir o ser humano tecnológico. Desse modo, agindo sobre a produção econômica e sobre o modo de constituição do ser humano, a tecnologia é um elemento fundamental da acumulação capitalista em nível planetário.

A racionalidade da educação escolar

No paradigma industrial tecnológico, como mostram Bertrand e Valois (1994), a concepção educacional é a racional tecnológica, que trata a educação na perspectiva da racionalidade produtiva e encontra-se sustentada nos seguintes princípios: a) uma concepção mecanicista de sociedade que sustenta a forma de organização e estrutura da escola; b) um paradigma tecnológico de conhecimento, que sustenta os meios e modos de organização do ensino; c) uma concepção tecnossistêmica de educação, que sustenta a concepção de currículo e a seleção de conhecimentos. Sob estes princípios, a forma de organização da escola passa a reproduzir o modelo e as orientações da sociedade industrial, tendo que

assemelhar-se a uma empresa. É definida para a escola a função econômica e social de favorecer a permanência das estruturas sociais necessárias à continuidade da sociedade industrial. O conhecimento escolar é concebido como aquele considerado necessário ao bom desempenho da função do indivíduo no sistema produtivo.

A articulação do paradigma tecnológico de sociedade com o paradigma racional de ciência e a concepção tecno-sistêmica de educação escolar encontra-se por traz da definição de finalidades de adaptação social dos indivíduos. Atingir essa finalidade requer a formação do aluno como ser disciplinado, que aceita prontamente e obedece a decisões e comandos externos. Os conhecimentos úteis para compor a cultura escolar são os valores da sociedade industrial e a ciência positivista. Define-se para o professor a tarefa de organizar e julgar os valores do aluno, monopolizar sua atenção, planejar e apresentar os conhecimentos, avaliar e controlar o aluno (Bertrand; Valois, 1994).

Essa concepção, inserida na corrente racional tecnológica, ou neotecnicismo, põe a educação a serviço do sistema produtivo. A racionalidade técnica e instrumental orienta e define critérios científicos e técnicos, objetivos, conteúdos, competências, habilidades e destrezas necessárias para formar o ser humano técnico, capaz de atender ao que demanda o processo produtivo. A centralidade no conhecimento tecnológica e a educação a serviço da racionalidade científica acabam definindo o aluno como um ser tecnológico. Técnicas refinadas através da presença intensa de aparatos tecnológicos e informacionais na escola passam a ser consideradas como o meio que assegura a transmissão de conhecimento aos estudantes (Libâneo, 2010).

No paradigma pós-Industrial, o capitalismo cognitivo

Capitalismo cognitivo não se refere a um outro tipo de capitalismo, pois o capitalismo é um só, e o mesmo. Porém, no contexto histórico do século XXI a profunda crise verificada nos países centrais gera a necessidade de recomposição do capitalismo. O termo capitalismo cognitivo significa a ideia de que no atual momento histórico, para enfrentar sua crise o capitalismo depende da constituição em massa de um tipo de desenvolvimento humano cognitivo. A ampliação das bases sociais e culturais necessárias para manter em curso o sistema capitalista requer, mais do que um corpo trabalhador que produz bens materiais, mas, sobretudo, requer uma mente produtiva e criadora de bens imateriais. O processo criador passa a ser requisito para o trabalho e a criação incorporada no trabalho, mas não na

remuneração pelo que resulta a mais na produção do trabalhador. Aí se origina uma mais valia calcada na expropriação intelectual, mental, cognitiva do trabalhador.

A sociedade agrária do século XIX foi dando lugar à sociedade industrial no século XX, criando-se as condições objetivas para surgirem os germes da sociedade pós-industrial. Alguns países industrializados alcançaram a condição de desenvolvidos, acumulando riqueza e conhecimento, passando das características de sociedade industrial para a de pós-industrial (Manetzeder, 2007). Já em outras partes do mundo permanece primordialmente a produção agrícola. O que se verifica é a existência simultânea dos modos de produção rural, industrial e pós-industrial.

A conjugação de neoliberalismo e globalização é o que caracteriza economicamente ponto o capitalismo pós-industrial foi (De Masi, 1999). No livro *La société post-industrielle*, publicado em 1969, apareceu pela primeira vez a expressão “pós-industrial”, criada pelo sociólogo francês Alain Touraine. Embora o uso da expressão “pós-industrial” remeta ao ano de 1969, é considerado como início da sociedade pós-industrial o período a partir da Segunda Guerra Mundial, nos anos 1940 do século XX, com as profundas mudanças na organização do processo produtivo e do trabalho. Exemplo disso é que nos Estados Unidos verificou-se, em 1956, que pela primeira vez o número de trabalhadores administrativos superou o de trabalhadores da linha de produção (De Masi, 1999; Manetzeder, 2007).

A partir da reorganização e do progressivo deslocamento da produção de bens industrializados para a produção de serviços, o poder centrado na propriedade foi se deslocando para o poder centrado na detenção de informação e de conhecimento. A base da produção vai deixando de ser a terra, como na sociedade pré-industrial, e já não é mais a maquinaria e a técnica, como na sociedade industrial (Comparato, 2013). O avanço da informática e das tecnologias de comunicação e informação contribuem para que a economia centrada na produção de serviços vá se sobrepondo à economia centrada na produção industrial (De Masi, 1999).

Algumas características definem o paradigma industrial fundamentado na racionalidade científica e técnica desenvolveu um modelo de sociedade focado na formulação social de questões e problemas, mais do que na descoberta de soluções técnicas. A análise das condições e situações reais existentes, assim como dos recursos disponíveis, é uma condição prévia para a fabricação de produtos. Primeiro são definidos os objetivos e depois

buscadas as formas de atingi-los. O tipo de dominação na sociedade industrial é por exploração da natureza e do ser humano, predominando a forma imperialismo/dependência (Manetzeder, 2007).

Já no paradigma pós-industrial verifica-se que o foco é na descoberta e inovação, sendo a dominação exercida por meio da alienação operada através da sedução, manipulação e incorporação de ideias e valores, compondo uma cultura que reflete a racionalidade da produção e consumo. A condição para ser tornar cidadão é a capacidade de produção e de consumo. Em vez de explorar a natureza, busca-se entendê-la para dominá-la e fabricá-la. Por exemplo, compreender os genes possibilita dominar o modo como se constituem e fabricar genes com diversas finalidades: produção de alimentos, produção de medicamentos, reprodução de animais e plantas etc. Os obstáculos naturais são vistos não como problema, mas como oportunidades para dominar ainda mais a natureza em função de fabricar o natural (Manetzeder, 2007).

No capitalismo pós-industrial o processo de expansão das relações capitalistas não atinge tanto a dimensão social e econômico, como a cultural e subjetiva. A expansão do capitalismo depende da expansão contínua de suas bases sociais e culturais, sendo condicionada pela extração de valor e necessitando da disponibilidade massiva de trabalhadores. Isso faz com que a cidadania se torne cada vez mais ligada à capacidade de consumo de bens materiais e imateriais, e que o trabalhador se torne objetivamente dependente do mercado e subjetivamente disposto a vender sua força de trabalho ao mercado, sob qualquer forma. A privatização ilimitada despoja os trabalhadores de todos os mecanismos de resistência historicamente construídos no enfrentamento da mercantilização da existência humana, tais como aposentadorias, direitos sociais, acessos desiguais a bens fundamentais como educação e saúde etc., relações de trabalho na forma de precarização, terceirização, contratos de curta duração etc. (Fontes, 2010).

A reprodução ampliada do capitalismo altera e perturba tanto os polos subalternos quanto os polos centrais do poder econômico. Amplia-se o processo de monopolização. Especificamente no setor de comunicação, internet e mídias, as denominadas “Big Techs”ⁱ se tornam profundamente monopólicas e internacionalizadas. O próprio capitalismo se encarrega de difundir a ideia de que não há alternativa e é preciso desenvolver resiliência e adequar-se a este sistema. A profunda crise do capitalismo nos países centrais (EUA e Europa) e, simultaneamente, a intensa expansão das relações sociais capitalistas em outros países

(China, Índia, Coreia...), indicam o deslocamento das relações de poder econômico e o aparecimento de uma nova ordem em curso (Manetzeder, 2007). As relações de trabalho ocorrem na forma de precarização, terceirização, contratos de curta duração etc. Serviços se tornam o foco do capital, estando a educaçãoⁱⁱ e a saúde entre os campos mais disputados pelos conglomerados nacionais e internacionais.

O capitalismo, na atual etapa de seu desenvolvimento, está deslocando o foco da produção de bens materiais para bens imateriais e ressaltando a importância do conhecimento, o que corresponde, de acordo com Moulier-Boutang (2007), à transição e aparecimento de uma nova modalidade de acumulação do capital. Porém, a elevada importância que vem sendo dada ao conhecimento não é simplesmente um estágio a mais do capitalismo industrial e, sim, uma transformação que corresponde ao capitalismo cognitivo.

O caráter imaterial dos bens produzidos no capitalismo cognitivo induz uma forte especificidade dos bens “informação” ou dos bens “conhecimento” quanto à sua aprendizagem, ao seu uso, à sua amortização, a seu enriquecimento e às condições de sua apropriação exclusiva. Estas características repercutem, por sua vez, sobre a maneira pela qual a informação e os conhecimentos circulam na empresa e na sociedade (prevalece uma horizontalização muito mais forte, que origina um questionamento muito radical das formas hierárquicas aceitáveis), mas também em tensões crescentes sobre a questão dos direitos de propriedade intelectual. Essa característica, que faz emergir, no próprio seio das relações de mercado, o conhecimento como bem público ou bem “livre”, isto é, o livre acesso não é separável da revolução das NTIC (Moulier-Boutang, 2007, p. 8).

Entre as características do capitalismo cognitivo apontadas por Moulier-Butang (2007) está a virtualização da economia. Possibilitado pelas tecnologias de informação e comunicação de tipo digital, o processo de virtualização da economia eleva o papel do imaterial e de tudo o que estiver ligado à sua produção. Nesse processo, o trabalho material não desaparece, mas perde o papel central e estratégico. As tecnologias de informação e comunicação e a numerização de dados possibilitada por essas tecnologias, representam o grande apoio à produção dos bens e serviços imateriais. As Big Tehcs, exercem influência em todos os âmbitos da vida social e individual. Como demonstra Castels (2003) as tecnologias deixam de ser apenas fonte exógena e penetram todos os domínios da atividade humana.

O aspecto imaterial exerce papel decisivo no crescimento econômico. Surge a necessidade de captação da inovação presente nos processos cognitivos, de mudança das relações entre conhecimento e ciência, de aumento da cooperação entre cérebros, levando

ao declínio do paradigma de trabalho mecânico do paradigma industrial. O progresso assume a forma de sistema sociotécnico caracterizado pelas tecnologias digitais.

Outra característica identificada é a mudança das relações entre conhecimento e ciência. No capitalismo industrial, o foco na produção de mercadorias levava à incorporação do conhecimento e da ciência na valorização do capital industrial, mas preservando a distinção entre conhecimento e ciência. Já no capitalismo pós-industrial, conhecimento e ciência tornam-se praticamente indistintos. Os produtos materiais, e sobretudo os produtos imateriais (aplicativos, softwares, ambientes virtuais etc.), precisam cristalizar neles ao conhecimento e a inovação. O caráter imaterial dos bens produzidos no capitalismo cognitivo expressa-se em bens de informação, bens de conhecimento e, ao mesmo tempo, na aprendizagem e uso destes bens (Moulier-Boutang, 2007). Mais do que ser a base, a referência para a produção de bens de todo tipo, conhecimento e ciência precisam se tornar um componente dos produtos e daqueles que os produzem.

O deslocamento, portanto, é da produção de mercadorias para a produção de conhecimento e vida, envolvendo um processo de bioprodução que requer, sobretudo, a atividade cerebral humana (Lazzarato; Negri, 2001). A produção de novos conhecimentos não se reduz a meios técnicos materiais, ao contrário, ela requer operações na atividade cerebral coletiva e mobilizada através de redes interconectadas. Recorrendo ao pensamento de Foucault, Moulier-Boutang explica:

Na medida em que é a força de invenção muito mais do que a força de trabalho que se encontra mobilizada especificamente pelo capitalismo cognitivo, ele é conduzido a produzir o conhecimento e a vida através da produção da população. Esta produção da vida pode ser chamada de bioprodução. E o poder que tem por função o controle desta bioprodução será chamado de biopoder (Moulier-Boutang, 2007, p. 9-10).

Desse modo, uma característica central que distingue o capitalismo pós-industrial cognitivo é o aspecto “bioprodutivo” da força inventiva do trabalhador. A cooperação entre cérebros tende a aumentar e o trabalho mecânico próprio do paradigma industrial tende a declinar para tornar-se um trabalho cognitivo. O trabalho “vivo”, a consumação “viva” do trabalhador, passa a ser central e a mais-valia extraída pelo capitalismo cognitivo assume a forma bioprodutiva, ou seja, é extraída da força criativa do trabalhador. A produção desse tipo de mais valia requer trabalho inventivo, inovador, cooperação de cérebros em rede e capacidade de contextualização para adaptação. Mas, requer também o trabalho fora do tempo de trabalho, mudando as condições e as relações de trabalho (Moulier-Boutang, 2007).

No capitalismo cognitivo as novas formas de trabalho originam novas contradições nas relações entre capital e trabalho. A primeira é que, em função das novas formas de exigências cognitivas, de atividade cerebral, de criação e produção, o trabalhador existente hoje torna-se demolido, decomposto, desconstruído, pois estas novas formas ainda não estão definidas politicamente. O tempo de trabalho contínuo (em horas semanais) torna-se discrepante em relação à duração do trabalho cognitivo, que não pode ser mensurado por um critério que não seja o de vida, e vida não é captada pelo relógio de horas. Outra contradição consiste em que os critérios para mensuração de competência e qualificação do trabalhador, performance individual, desempenho no emprego, continuam sendo aqueles do paradigma industrial, mesmo quando o trabalho assume características de trabalho pós-industrial, como é o caso do trabalho precarizado, intermitente, intermediário, sem direito à remuneração determinada (Moulier-Boutang, 2007).

O trabalho cognitivo

O capitalismo cognitivo apoia o processo produtivo principalmente no trabalho cognitivo, possibilitado pela apropriação de conhecimentos. A atividade cerebral realizada na forma de cooperação entre trabalhadores, sendo um elemento bioproductivo essencial para a criação e inovação, o que inclui também saberes tácitos.

A força produtiva nasce dos sujeitos, se materializa e se organiza na cooperação. Isso significa que o trabalhador terá que ser mais criativo, ter capacidade de inovação, domínio de informações e tecnologias, capacidade analítica, capacidade de interação e cooperação (Manetzedder, 2007, p. 19).

No capitalismo cognitivo preponderam os conhecimentos vivos incorporados ao trabalho. O trabalho cognitivo exige uma combinação complexa de atividade intelectual, reflexão, comunicação, partilha e elaboração de saberes (Vercellone; Cardoso, 2016). Por tornar-se cada vez mais imaterial e cognitivo, o trabalho já não pode ser reduzido a um simples dispêndio de energia efetuado num tempo dado (Negri; Vercellone, 2008). A eficácia do trabalho cognitivo necessita e exige dos trabalhadores que aceitem disponibilizar um tempo que frequentemente ultrapassa o aquele oficialmente previsto em contrato de trabalho. Essa aceitação, também frequentemente tem repercussão nociva à sua vida privada (Vercellone, 2007; Vercellone; Cardoso, 2016).

O aumento da dimensão cognitiva e imaterial do trabalho desestabiliza os fundamentos e referências sobre os quais o capitalismo industrial repousava a relação salarial.

As regras do capitalismo industrial, construídas para mensurar o trabalho no modo da relação de emprego, não funcionam para o capitalismo pós-industrial. Estão ausentes políticas que regem esse outro tipo de relação capital trabalho (Negri; Vercellone, 2007). A exploração que não se circunscreve ao trabalho físico, material, mas abrange também a atividade intelectual, cognitiva e criativa do trabalhador, implica no aparecimento de novas configurações de trabalhadores. Estes são descritos por Antunes e Braga (2009) como infoproletários, sendo essa categoria composta de cognitariado (trabalhadores cognitivos), netariado (trabalhadores da internet), pronetariado (articulação entre pro+net+proletariado).

No que se refere à forma da divisão do trabalho, no paradigma industrial de organização do trabalho a redução do tempo de realização de cada tarefa é o meio para assegurar o alcance da eficácia e da máxima produtividade. No capitalismo cognitivo, a eficácia depende de outros elementos, tais como a polivalência da força de trabalho e a maximização da capacidade de aprendizagem do trabalhador, tendo em vista a aquisição dos conhecimentos considerados como fundamentais para a adaptação do trabalhador à mudança contínua e, ao mesmo tempo, a produção de inovação (Vercellone, 2007; Negri; Vercellone, 2007; Vercellone; Cardoso, 2016).

Outro elemento que adquire feição diferente no capitalismo cognitivo é a noção de valor. O capital fixo e o trabalho de execução rotineira, ainda que não deixem de existir, deixam de ser elementos centrais na produção de valor. A criatividade e a força de invenção dos trabalhadores é que se tornam referência para a produção do valor (Vercellone; Cardoso, 2016).

Por sua vez, o controle do trabalho é operado de forma mais significativa através da interiorização dos objetivos da empresa pelo trabalhador, com menos prescrição de tarefas a serem realizadas em determinado tempo. As estratégias de controle são a obrigação de resultados, a exigência de metas, a pressão exercida pelo cliente em vez de pressão exercida pelo patrão, sujeição do trabalhador à precarização, exploração do tempo de trabalho não mensurável e não integrado ao contrato oficial de trabalho. Para operar o controle são utilizadas tecnologias de informação através de algoritmização e plataformização.

Levando em consideração que no capitalismo pós-industrial ocorre a interligação entre neoliberalismo e globalização, Dardot e Laval (2016) advertem sobre a necessidade de se compreender que o neoliberalismo não é só uma doutrina econômica, mas um modo de vida e de existência, afetando o modo de constituição de subjetividades humanas. A modelação

da subjetividade afeta a existência, os comportamentos, as relações com os outros, as relações com os conhecimentos, com a realidade e da pessoa consigo mesma, em função da economia. A subjetivação de princípios do neoliberalismo como o individualismo, a competição, o empreendedorismo, resultam na produção de tipos de ser humano cujo trabalho e vida se caracterizam como um modo de ser neoliberal. O empreendedorismo, que no capitalismo pós-industrial tem sido impulsionado como característica essencial do trabalhador, não se limita ao campo econômico e do trabalho, pois passa a ser interiorizado e a integrar a própria subjetividade do trabalhador.

O capitalismo cognitivo e a educação escolar: menos conhecimentos, mais controle e dominação da subjetividade.

A escola tem se tornado cada vez mais, e de forma mais intensa, objeto de interesse do capitalismo. No Brasil, diferentes setores da sociedade querem definir as finalidades da educação escolar, mas tem predominado o poder dos empresários nessa definição, que através de articulações e estratégias diversas atingem o objetivo de definir como deve ser a educação escolar, o tipo de ser humano a ser formado, os conhecimentos a serem oferecidos, o modo da gestão etc. A defesa da formação de trabalhadores que se adequem aos princípios da reestruturação produtiva, revela o reavivamento da educação como fator econômico na perspectiva do capital (Gonzales, 2022), sendo que nessa etapa eleva-se o valor econômico da cognição do trabalhador.

As profundas mudanças no processo produtivo, entretanto, não fazem com que o trabalho deixe de ser o eixo estruturante da produção. Ao lado do trabalho, a educação escolar continua sendo objeto privilegiado, disputado pelo mercado, por ser estratégica no processo de subjetivação do tipo de ser humano necessário e desejável à sustentação do sistema produtivo.

Uma grande questão prática para o neoliberalismo é apontada por Dardot e Laval (2016): conseguir dobrar os sujeitos à sua norma, à pressão do mercado, levá-los a internalizarem a lógica de mercado como lógica de vida. Para isso não basta impor um padrão de relações sociais e de tipo de existência humana, pois é também fundamental fazer com que o indivíduo se relacione consigo mesmo no formato do comportamento econômico. As técnicas de avaliação e ajuste das atividades das pessoas são estratégias para analisar os resultados obtidos e punir materialmente e simbolicamente os resultados que não retratam

alcance de objetivos. O governo dos indivíduos apela para seus interesses pessoais levando-os à lógica contábil, ao cumprimento de metas econômicas e financeiras (Ball, 2010).

No campo da educação, em várias partes do mundo, são verificados enormes investimentos em tecnologia articulada com conhecimento e competência para impulsionar a mudança do trabalho para a forma imaterial de modo a impulsionar a força cognitiva do trabalho. As exigências de conhecimentos e aptidões passam a ser distintas daquelas definidas no paradigma industrial, sendo primordialmente aptidões ligadas às forças intelectuais e científicas. O trabalho imaterial depende de criatividade, de pensamento plural, racionalidade aberta, autonomia de solução, autocontrole emocional etc. (Manetzeder, 2007). Assim, além de competências, são necessários outros atributos.

Na racionalidade do capitalismo cognitivo o sistema educacional está sendo controlado por grandes empresas e corporações multinacionais que visam construir um capitalismo cognitivo altamente lucrativo. Para essas empresas a educação tem que cumprir a finalidade de treinar humanos para esta sociedade em que o conhecimento é valioso somente na medida em que pode se converter em poder econômico e político. Atingir essa finalidade também passa pela privatização e instrumentalização do sistema educacional, da educação infantil à universidade, para que o conhecimento adquirido na escola seja aquele considerado econômica e financeiramente produtivo. O conhecimento tido como improdutivo passa a ser secundarizado, invisibilizado, tanto na educação como no financiamento da pesquisa. Esse conhecimento é justamente o que apresenta o potencial de questionamento do próprio sistema capitalista e de suas injustiças que permite revelar a racionalidade por detrás da pobreza e da exclusão, do lucro, da espoliação da vida para a produção de mais valia. Está sendo expulso da escola o conhecimento que permite formar a capacidade de apresentar questionamento, formular as perguntas importantes de serem feitas, e que por isso mesmo apresentam o potencial de contribuir para combater a racionalidade focada na produção apenas econômica e financeira da vida. Esses são, nada mais nada menos, que os conhecimentos gerados pelas áreas de artes, ciências humanas, ciências sociais (Santomé, 2019).

Há um processo de captura da subjetividade do estudante, visto somente como futuro trabalhador, e de suas capacidades humanas, que precisam ser convertidas em capacidades com fins econômicos. Mas essa captura vem revestida de um discurso ideológico que confere à criatividade humana o sentido de inovação produtiva, quando na verdade se trata de uma

redução a interesses de econômicos e de lucratividade. Atribui-se à escola a finalidade de formar sujeitos para serem proativos, resolutivos, criativos, capazes de inovação, mas de um tipo adaptado aos interesses produtivos do capitalismo. A meritocracia é uma estratégia essencial que permite realizar o princípio neoliberal de que competir é natural e próprio do ser humano. trata-se de uma estratégia que oculta a desigualdade social, converte-a em atributo individual, mérito, privilégio. Assim, o que é um atributo próprio do ser humano, a sociabilidade, passa a ser convertida em competição.

Na educação escolar, isso significa atingir índices de desempenho, sendo os mesmos verificados através de instrumentos de avaliações externas ou internas, predominantemente quantitativos e que permitam produzir classificações. Os que não correspondem aos índices são considerados fracassados, seja o professor, o aluno, o gestor ou a escola como um todo.

A avaliação, externa e interna, reduz-se a critérios produtivistas, orientados por métricas econômicas, com foco individualista, competitivo, em que é inevitável a superação do outro para o alcance das melhores posições na hierarquia dos resultados. A cultura da escola vai cada vez mais sendo invadida pela cultura empresarial introduzida por mecanismos de gestão e regulação, instaurando no interior da escola um padrão cultural empresarial (Lima, 2012; 2021). Esse padrão é altamente prejudicial à formação de pessoas com valores fundamentais para uma sociedade justa e solidária, pois vai se perdendo o senso de busca pelo bem comum e pela emancipação, e no lugar vai sendo construída a busca pelo esforço e a conquista individuais. Alunos, professores, gestores, famílias tornam-se competidores. As escolas competem entre si por recursos que só chegam mediante o alcance de índices de desempenho.

Sob a racionalidade neoliberal capitalista, vai sendo constituída no interior da escola uma cultura empresarial, e a escola torna-se cada dia mais estrangida a incorporar princípios e atender demandas de criatividade inovadora para o mercado, resolutividade imediatista, empreendedorismo, como traços subjetivos essenciais para o tipo humano mercadológico, tecnológico e, como bem interpreta Lessard (2021), o eterno aprendiz adaptável. Ao atender essas demandas, a educação escolar sofre, por consequência, um empobrecimento da formação que representa, no mínimo um paradoxo: ao mesmo tempo em que dela é exigido que cumpra bem a tarefa de proporcionar aos alunos o desenvolvimento de capacidades criativas, de produção de ideias inovadoras, de

empreendedorismo para o mercado, há um empobrecimento da oferta dos conhecimentos amplos e diversificados, que são necessários e essenciais para formação de capacidades criativas.

No capitalismo cognitivo, para além de formar novas competências, importa a construção de uma cultura centrada em valores e objetivos da nova dinâmica da produção e do consumo cognitivo. A fonte de produtividade educacional passa a ser centrada na tecnologia da informação, mas principalmente nos processos cognitivos e intelectuais necessários para a inovação, descoberta, produção de ideias e soluções. A fonte de produtividade torna-se a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos, na medida das necessidades empresariais (Vercellone, 2007; 2017). Entende-se que os conhecimentos serão adquiridos ao longo da vida (*lifelong learning*), conforme as demandas postas ao trabalhador, demanda estas em constante mudança.

Desse modo, os princípios do paradigma educacional tecno-sistêmico, próprio do capitalismo industrial, tendem a permanecer no paradigma pós-industrial, mas “sob nova direção”. No paradigma pós-industrial espera-se da escola uma educação que promova um tipo de desenvolvimento dos alunos cujo critério principal é econômico, que contribua para que se tornem o ser tecnológico, permanente aprendiz, inovador na medida necessária ao capitalismo cognitivo, mas suficientemente adaptado aos interesses da economia.

Desse modo, verifica-se a articulação da tecnologia como elemento fundamental para o processo de acumulação no capitalismo pós-industrial, com disseminação dos princípios neoliberais de subjetivação humana tendo em vista o processo produtivo escolar de resultados. Por meio dessa articulação, espera-se da escola que cumpra a finalidade de a constituir nos estudantes o tipo humano tecnológico, cognitivamente empreendedor e criativo, eterno aprendiz adaptável.

Porém, a cultura empresarial introduzida para governar a escola expõe estudantes ao processo de captura de suas subjetividades por meio da interiorização do modo de ser neoliberal. As tecnologias digitais, particularmente, se tornam tanto o conteúdo, como método e recurso de ensino, instrumento de gestão de indução e de controle do trabalho do professor. Em particular na escola pública, o modelo da Nova gestão pública (NP), por meio de conceitos relevantes como eficiência, eficácia, competitividade, administração por objetivos, meritocracia, e outros definidos pelo mercado, passa a ser referência para a gestão

das escolas públicas (Oliveira, 2015). As tecnologias são tidas como garantia de modernização e são postas a serviço da ciberadministração (Cossio, 2018).

Os gestores e professores são expostos ao dispêndio contínuo de energia vital, pressão cotidiana por obtenção de resultados e cumprimento de metas, vigilância e controle constantes, retirada de autonomia, culpabilização por resultados considerados indesejáveis. A plataformação, algoritmização, e militarização são estratégias eficazes para impulsionar o controle e o autocontrole dos professores. Tudo isso contrasta com a exigência de um trabalho criativo e inovador, gerando insatisfação, frustração, sentimento de incapacidade e adoecimento, tanto de professores como de estudantes.

Considerações finais

O capitalismo, em qualquer das suas formas, aliena, manipula e limita de forma material e cultural, a vida humana. Cada vez que o sistema capitalista necessita de uma reorganização interna para manter seu curso, acentuam-se as contradições que lhes são inerentes e aprofundam-se as desigualdades sociais e as injustiças, sendo a educação escolar um dos primeiros âmbitos a sofrer os impactos negativos. É o caso desse momento histórico, em que se verifica o movimento de transição do paradigma industrial ao pós-industrial, o deslocamento da prevalência da produção material para prevalência da produção imaterial, resultando na configuração do trabalho cognitivo. Os efeitos da dominação do capital sobre o trabalho tendem a se ampliar mais em direção à dimensão subjetiva do trabalhador.

O avanço ostensivo do capitalismo sobre a educação escolar, A educação escolar, o currículo, o ensino, a avaliação, vem sendo a forma pela qual a formação dos estudantes é reduzida a interesses do mercado. Lamentavelmente, não se observa clara compreensão por parte da maioria dos professores a respeito dessas mudanças e do grande risco que representa o avanço da dominação exercida pelo capital sobre a dimensão cognitiva e a subjetividade do ser humano.

O paradigma pós-industrial e o capitalismo cognitivo tendem a alcançar uma das dimensões mais singulares da essência humana: as suas forças psíquicas, intelectuais, inventivas, criadoras. Nesse sentido, a formação e desenvolvimento humano podem tornar-se cada vez subjugados ao modo produtivo capitalista, sendo a escola o contexto no qual se opera e se exerce essa subjugação. A ação predatória que avança sobre a dimensão intelectual, cognitiva, emocional e criativa do ser humano, pode vir a ser a manifestação mais

refinada e eficaz de dominação do capitalismo, limitando e reduzindo a mais importante ferramenta de exercício da autonomia humana individual e social: a consciência crítica.

A tarefa coletiva que necessitamos realizar começa pela consciência de que não é verdade que não há alternativa. Tendo essa consciência, é imprescindível desenvolver estratégias para que a cognição, a criação e a imaginação humanas estejam orientadas para a construção da justiça para todos e da emancipação de todos. Os professores se tornam sujeitos em posição privilegiada para enfrentar a realização coletiva dessa tarefa.

A educação escolar não é uma atividade de fabricação de produtos submetidos à mensuração e controle, e nem pode se tornar reduzida a uma estratégia de expropriação cognitiva e subjetiva das futuras gerações de crianças e jovens. O enfrentamento e a resistência a esse tipo de demolição da escola, sobretudo da escola pública, se fazem pela ação coletiva de manter como finalidade primordial da educação escolar o desenvolvimento do ser humano para a emancipação, a liberdade, a justiça social, a consciência crítica.

Em todos os níveis dos sistemas escolares, a educação escolar deve estar a serviço da promoção do desenvolvimento de todos os seres humanos, em suas diversidades e singularidades, de forma ampla e em suas múltiplas dimensões. Na escola, os estudantes devem ter assegurado seu direito a formarem a capacidade de compreensão crítica da realidade, principalmente naquilo que se encontra ocultado, que não pode ser compreendido de imediato porque necessita da mediação cultural promovida na escola.

Todos os que estão envolvidos no processo escolar precisam contribuir para que ele represente um espaço de resistência a todo tipo de projeto que destitui a humanidade dos indivíduos, que mecaniza, precariza, aliena, que provoca retrocesso civilizatório, que se identifica com a barbárie. A escola não é o lugar da cultura empresarial e sim lugar da cultura da solidariedade, dos direitos humanos, dos valores identificados com a transformação social emancipatória. A escola existe para ser via e instrumento da constituição de um tipo de subjetividade emancipada, com espírito criador livre, consciente dos processos de alienação e de como resistir a eles e buscar superá-los. A escola não deve se restringir a ensinar apenas o que é considerado útil pelo capitalismo neoliberal, deve ensinar também o que para esse mesmo capitalismo é tido como inútil, mas que são os conhecimentos que ajudam a construir o processo de humanização. As tecnologias, enquanto instrumentos e artefatos culturais, fruto da criação humana histórica, devem estar na escola como instrumento para favorecer o desenvolvimento humano dos estudantes para a transformação social, a justiça, a ética e os

valores civilizatórios contra a barbárie. Essa escola necessita de docentes com o mais elevado nível científico, intelectual, cultural e o mais profundo compromisso ético-político com a emancipação humana por meio da educação.

Referências

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BALL, Stefen John. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-55, 2010.

BAUMAN, Zigmund. **Comunidade**. A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BERTRAND, Yves; VALOIS, Paul. **Paradigmas educacionais**. Lisboa, Horizontes Pedagógicos, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COMPARATO, Fábio Konder. **O capitalismo pós-industrial**. 2013.

COSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 66-73, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **O Olho da História**, n. 22, abril, 2016.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: Senac, 1999.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GONZALES, Jeferson Anibal. Sociedade pós-industrial, sociedade do conhecimento e educação: a luta ideológica pela eternização do modo de produção capitalista. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.14, n.3, p. 113-125, 2022.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LESSARD, Claude. Les organisations internationales et l'éducation dénationalisée d'un apprenant perpétuel et adaptable. **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, Brasil, v. 24, n. 1, p. 37 páginas, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko. (Orgs.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. 3 ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. p. 19-62.

LIMA, Licínio. Elementos de hiperburocratização da administração educacional. In: LUCENA, Carlos; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. (orgs.). **Trabalho e educação no século XXI**: experiências internacionais. São Paulo: Xamã, 2012. p. 129-158.

LIMA, Licínio. Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. **Educ.Soc.**, Campinas, v. 42, e249276, 2021.

MANETZEDER, Keil, Ivete. Do capitalismo industrial ao pós-industrial. Reflexões sobre trabalho e educação. **Educação Unisinos**, vol. 11, núm. 1, p. 15-21, 2007.

MOULIER-BOUTANG, Yann. A bioprodução. O capitalismo cognitivo produz conhecimento por meio de conhecimento e vida por meio de vida. **IHU On-Line**, São Leopoldo, ano VII, n. 216, p. 13-15, 2007.

NEGRI, Antonio; VERCELLONE, Carlo. Il rapporto capitale/lavoro nel capitalismo cognitivo. **Posse**: política, filosofia, moltitudini, Ottobre, p.46-56, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova Gestão Pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 132, p. 625-646, 2015.

ORSO, Paulino José. O liberalismo em perspectiva histórica: da ideia de liberdade à devastação ultraliberal. **Revista Desenvolvimento & Civilização**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 1-29, 2021.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. El mundo del capitalismo cognitivo depende de la instrumentalización del sistema educativo. [Entrevista concedida a] Jose María Barroso Tristán. **Iberoamérica Social**, Sevilla, España, Año 7, N° XII, p. 27-43, junio, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VERCELLONE, Carlo; CARDOSO, Pablo. Nueva división internacional del trabajo, capitalismo cognitivo y desarrollo en América Latina. **Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, Ecuador, n. 133, diciembre 2016 marzo 2016.

VERCELLONE, Carlo. Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho. Entrevista. **IHU On-Line**, São Leopoldo, ed. 216, 2007.

Notas

ⁱ Atualmente possuem grande penetração, mundialmente, as seguintes Big techs: Alphabet (Google), Amazon, Apple, Meta (Facebook), Microsoft, Nvidia, Tesla, Samsung, Alibaba, Tencent.

ⁱⁱ Verifica-se no Brasil a forte atuação nos serviços educacionais privados por empresas internacionais como Laureate, International Schools Partnership, Nord Anglia Education, Inspired, Ser Educacional, Eleva, Vitru, Grupo SEB, Bahema, Cognita, Arco Educação (Positivo), Cogna, Yudqs, Ânima, Cruzeiro do Sul, Anhanguera/Kroton etc.

Sobre a autora

Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas.

Doutora e Mestre em Educação. Docente permanente nos Programas de Pós-graduação em Educação e em Atenção à Saúde e (PUC Goiás), e no Programa de Pós-graduação em Educação do Centro Universitário de Inhumas (Unimais). Realiza pesquisas e orientações na perspectiva da teoria histórico-cultural e teoria do ensino desenvolvimental. Temas de interesse: educação e desenvolvimento humano, finalidades educativas, teorias e processos pedagógicos, formação de professores, didática, formação de profissionais. <http://lattes.cnpq.br/4340349253071492>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3978-0238>. Email: raquelmarram@gmail.com

Recebido em: 08/11/2025

Aceito para publicação em: 28/11/2025